

# A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

## THE RELATIONSHIP OF FAMILY AND SCHOOL IN CHILD EDUCATION

Karolainy Cristina de Souza Almeida<sup>2</sup>

Lara Livia Calil Ribeiro<sup>3</sup>

Cláudia de Souza Abdalla<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso, da Faculdade de Inhumas-FacMais, do curso de Pedagogia. O texto está organizado em três tópicos. O primeiro intitulado: A historicidade da educação infantil, apresenta a história da educação infantil desde o reconhecimento da infância até os dias atuais, sendo hoje regida pela BNCC, documento de caráter normativo e que tem como eixos estruturantes as interações e a brincadeira. O segundo tópico descreve sobre: A função da família e da educação infantil no desenvolvimento da criança, sendo que ambas, família e escola são indissociáveis no desenvolvimento das mesmas. E o terceiro tópico intitulado: Relação família e escola, salienta que a família é responsável pelas crianças desde o primeiro dia de vida, sendo alicerce para a educação e o principal incentivo para a vida escolar. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como principais autores: Azevedo (2013), Caetano e Yaegashi (2014), Parolin (2016). Contextualiza-se neste artigo a aproximação necessária entre família e escola, tendo como principal objetivo a formação integral da criança, ressaltando o papel que cada instituição no desenvolvimento das crianças na educação infantil. Caracteriza-se a importância e a influência que cada uma possui no desenvolvimento do aluno, e evidencia o valor que ambas em parceria conseguem alcançar, propiciando ao educando possibilidades para seu desenvolvimento social, como cidadão e sua formação intelectual.

**Palavras-chave:** Escola; Família; Criança; Educação Infantil.

### ABSTRACT

This article is the result of the course completion work, from the Faculty of Inhumas-FacMais, of the Pedagogy course. The text is organized into three topics. The first title The Historicity of Child Education, presents the history of Early Childhood Education from the recognition of childhood to the present day, being today governed by the BNCC, a normative document whose structuring

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Inhumas - FacMais, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, no segundo semestre de 2023.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º Período do curso de Pedagogia da Faculdade de Inhumas - FacMais. E-mail karolainy@aluno.facmais.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmica do 8º Período do curso de Pedagogia da Faculdade de Inhumas - FacMais. E-mail lara@aluno.facmais.edu.br

<sup>4</sup> Professora Orientadora. Mestre em Educação. Docente da Faculdade de Inhumas-FacMais. E-mail: claudia@facmais.edu.br

axes are interactions and play. The second topic describes: The role of the family and Child Education in child development. Both, family and school are inseparable in their development. And the third topic entitled: Family and school relationship, highlights that the family is responsible for children from the first day of life, being the foundation for education and the main incentive for school life. The methodology used was bibliographical research, with the main authors: Azevedo (2013), Caetano and Yaegashi (2014), Parolin (2016). This article contextualizes the need for rapprochement between family and school with the main objective of the child's comprehensive education, highlighting the role that each institution plays in the development of children in Child Education. The importance and influence that each one has on the student's development is characterized, and highlights the value that both in partnership can achieve, providing educational possibilities for their social development, as a citizen and their intellectual formation.

**Keywords:** School; Family; Child; Child education.

## 1. INTRODUÇÃO

O que instiga esse processo de pesquisa é desvendar maneiras de como a família e a escola podem agir juntas de forma positiva para o desenvolvimento da criança. Visando este cenário levanta-se a seguinte conjectura: Como a família e a escola devem se relacionar com o intuito de uma parceria eficiente e duradoura?

É incontestável e de suma importância a união da família e da escola na educação infantil, considerando a influência que as mesmas possuem no desenvolvimento integral da criança. Vale ressaltar que é através da junção das duas esferas, família e escola, que o desenvolvimento da criança é proporcionado de forma desejável, desde que haja uma parceria entre ambas as partes no compartilhamento das atividades, tendo o mesmo objetivo que é a preparação da criança para a sociedade e a vida escolar.

Nas palavras de Parolin (2016) ela salienta que a família não substitui a escola, nem a escola substitui a família. Ou seja, ambas instituições possuem valores a agregar para a construção do educando. Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu 2º artigo, afirma que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Sabe-se que a família possui suas funções e responsabilidades, com o cuidado e preparação da criança em todo processo de sua vida escolar e social, assim, como a instituição escolar possui responsabilidades com o aprendizado da criança, abrindo portas para a participação da família, desde então cada uma dentro de suas possibilidades, criando um elo inseparável: uma parceria eficiente e duradoura.

## 2. A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por um longo período da história da humanidade a criança era vista

como um adulto em miniatura, sendo assim o reconhecimento da infância e a valorização da criança como um ser de direitos ocorreu de forma tardia. No Brasil colônia com a chegada dos jesuítas no século XVI, onde a Igreja Católica tinha visões sobre a criança como exemplo de inocência e pureza, referindo às mesmas como “papel branco”. Com a visão europeia enraizada a igreja buscava catequizar as crianças da época por acreditarem na sua inocência. (Azevedo, 2013, p.51). Salienta que a infância foi um momento oportuno para que os jesuítas catequizassem as crianças, porque para eles esse era um momento de unção e uma origem de seres mais angelicais e menos diabólicos.

Na medida em que as crianças foram crescendo e chegando ao processo de puberdade, os jesuítas foram perdendo forças pois perceberam que as crianças não eram apenas um “papel branco” onde eles poderiam apropriar de cada indivíduo, mas a partir daquele momento cada um poderia escrever sua própria história, mesmos marcados com a cultura europeia.

Em meados do século XVIII, as instituições infantis eram voltadas às classes populares, onde as famílias eram pobres e abandonadas, essas instituições possuíam caráter assistencialistas, como ressalta Azevedo (2013, p. 55) “o objetivo das mesmas eram os cuidados físicos e também disciplinar e apaziguar as relações sociais, como ficou marcado pela pedagogia da submissão”.

Contudo essa ideia ainda prevaleceu até o final do século XIX, onde as creches possuíam apenas o caráter de cuidados básicos como higienização e alimentação. Com o crescente interesse pela infância e com a mobilização de pessoas com a visão da falta de propósito para o atendimento a essas crianças, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil. Que de acordo com Azevedo (2013):

O objetivo de atender aos menores de oito anos, elaborar leis que regulassem a vida e a saúde os recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, criar maternidades, creches e jardins de infância ( Azevedo, 2013, p.55).

A partir dessa criação, surgiram as instituições para atendimento às crianças, as creches brasileiras, que mantinham o intuito de cuidados e proteção, pois a criança ainda era idealizada como um ser frágil. Logo após surgiu o atendimento infantil privado, com o discurso de atendimento pedagógico, que segundo Azevedo (2013, p. 60) “a utilização do termo pedagógico, como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair famílias abastadas, como atribuição do jardim de infância para os ricos.”

No entanto pode-se compreender que o intuito da instituição privada era com interesses de mercado e decorrente disso apropriaram do termo pedagógico para que não fossem ligados aos antigos lugares assistencialistas para pobres. Mais tarde, com o interesse governamental pela infância, a criança deixaria de receber apenas cuidados físicos, e passaria a ser preparada para se tornar um adulto. A partir do século XX a infância passou a ter maior visibilidade pelo governo, segundo Azevedo (2013, p.62) “a infância passa de abandonada a centro das atenções que tange aos interesses governamentais, pois o investimento em seu atendimento significava benefícios políticos ao estado”.

Portanto no início do século XX, com a integração da mulher no mercado de trabalho, houve a necessidade de criar-se creches juntamente as indústrias, como ressalta Azevedo (2013, p.63) “São criados os parques infantis para os filhos dos operários e os jardins de infância para os filhos das camadas privilegiadas”.

Após os fracassos e a observação da precariedade em que a classe baixa, chamada como “operários” se encontravam, passaram a preparar as crianças para as próximas etapas das séries iniciais, essa concepção ficou conhecida como Educação Compensatória, como afirma Azevedo (2013):

A crítica à educação compensatória trouxe à tona seu caráter assistencialista, discriminatório. Nesse contexto, o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares (Azevedo, 2013. p.13).

Mesmo diante dessas criações o que era oferecido ainda era de baixa qualidade e as pessoas que estavam lidando com essas crianças não possuíam nenhum tipo de formação. E a partir da década de 1970 que se intensificou os movimentos sociais onde o governo federal estabeleceu o Programa Nacional de Pré-Escolas no qual a meta era um desenvolvimento harmônico e global com cuidados e proteção, foi nesse período que era idealizado a criança como “sementinha” e a professora como a “jardineira”.

Após o ano de 1980 algumas mudanças foram iniciadas e conquistas alcançadas para que o direito à educação para crianças de até 6 anos de idade tornassem obrigatoriedade do Estado. Como: A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a LDB, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e etc. De acordo com Azevedo (2013):

Essas conquistas em termos legais, inserem a criança de até 6 anos no interior do sistema escolar, na educação básica, garantindo o direito da criança à educação e, conseqüentemente, impondo ao Estado a obrigatoriedade de oferecer instituições para essa faixa etária (Azevedo, 2013, p.67).

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu Artigo 29, salienta que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Ainda de acordo com a LDB no seu Artigo 30, a educação infantil será oferecida em creches para crianças de até 3 anos de idade e pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos de idade, sendo ela obrigatória a partir dos 4 anos. Destaca-se que a educação infantil deve ser ofertada gratuitamente pelo Estado. Faria e Aquino (2012) ressaltam sobre o direito das crianças na educação infantil:

O direito à educação infantil consiste basicamente em garantir o acesso dessas crianças pequenas em creches e pré-escolas e a possibilidade de permanência em instituições que primam pela qualidade dos serviços ofertados. Garantir o direito à educação infantil pressupõe ainda o papel ativo e responsável do poder público municipal em parceria com o estadual e o federal, tanto na formulação de políticas para a sua efetivação quanto na obrigação de

oferecer vagas para todas as crianças que aguardam com suas famílias, em longas listas de espera por vagas em creches e pré-escolas (Faria; Aquino, 2012, p. 56).

O direito à Educação infantil é um marco na valorização da infância, neste contexto Gomes (2013, p. 23) salienta que creche e pré-escola são dois atendimentos histórico-sociais diferenciados, “historicamente a creche se vincula à história da mulher trabalhadora, ao mundo do trabalho, caracterizando-se durante muito tempo, como instituições substitutas do lar materno”. Neste contexto a vida da mulher que precisava sustentar sua família e necessitava do apoio das creches para cuidar dos seus filhos. E complementa que a Pré-escola “como estratégia na prevenção contra o fracasso escolar, sendo um período de preparação à escola de forma obrigatória”(Gomes, 2013, p.24). Sendo atualmente obrigatória a pré-escola a partir dos 4 anos, a educação infantil é marcada pela fase da curiosidade, do querer fazer para saber e cabe aos professores da educação infantil proporcionarem momentos de interações, brincadeiras e descobertas para que seja proveitoso esse momento das crianças, uma vez que principalmente a educação infantil é marcada pelo “faz de conta”, “era uma vez” e principalmente pelo lúdico. Barbosa e Horn (2008) enfatizam que:

Nesse período, elas têm aumentadas as suas motivações, seus sentimentos e seus desejos de conhecer o mundo, de aprender. Sem exagero, pode-se dizer que elas quase explodem de tanta curiosidade. Então o adulto deverá desempenhar um papel desafiador, povoando a sala de aula com objetos interessantes, bem como ampliando e aprofundando as experiências das crianças (Barbosa; Horn, 2008, p.80)

Para atuar na educação infantil os profissionais precisam ter formação inicial em pedagogia e formação continuada, com cursos direcionados para a prática pedagógica nesta etapa da educação básica com metodologias inovadoras e lúdicas, saindo do tradicionalismo que viam as crianças como uma “tábua rasa”, um ser sem conhecimento, sendo com o tempo e estudos comprovado o contrário. Faria e Aquino (2012) destacam que:

Vários estudos e práticas pedagógicas têm avançado na proposição de uma educação comprometida com as crianças e suas infâncias, além do direito de se constituírem como sujeitos singulares, não padronizados, respeitando e valorizando a riqueza existente na diversidade cultural brasileira (Faria; Aquino, 2012 , p.71).

Hoje a educação infantil é regida pela BNCC documento aprovado pela Resolução Cne/Cp Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular , um documento de caráter normativo da educação básica, que tem como eixos estruturantes das práticas pedagógicas na educação infantil as interações e a brincadeira ,que asseguram seis direitos de aprendizagem, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O currículo da Educação Infantil está organizado em cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Torna-se evidente a importância da educação infantil para o

crescimento de uma sociedade com estudantes críticos e pensantes, uma vez que na educação infantil é estimulado a curiosidade, criatividade, a superação de medos, enfim, crianças ricas de conhecimento com a parceria estabelecida entre a escola, a família e a comunidade.

## **2.1 A função da família e da Educação Infantil no desenvolvimento da criança**

De acordo com o dicionário Houaiss família se constitui por: "Núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária". Diante disso pode-se notar que o conceito de família está em constante evolução e modificação, isto está presente no âmbito educacional em que pode-se encontrar diferentes formações familiares. De acordo com Caetano e Yaegashi (2014, p. 17) "A questão é que a família se transforma e se modifica mediante o contexto social, histórico e econômico". Fica evidente o grande número de configurações familiares na sociedade e o reflexo dessas modificações estão presentes nas escolas, porém essa não é uma problemática ligada à desestruturação familiar. Sobre isso Caetano e Yaegashi (2014) descrevem:

A forma de como a família é composta-ou seja, se o casal é recasado, se o casal é homossexual, se a mãe é solteira- é algo que diz à configuração familiar; já a estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros das famílias interagem (Caetano; Yaegashi, 2014 p.20).

Portanto, independentemente de qual for a configuração familiar é necessário que a família cumpra seu papel social, realizando sua função em prol da criança. A família é a base social. É na construção familiar, na interação, e no convívio que essa criança construirá seus valores e sua identidade. De acordo com Parolin (2016, p.83) " Uma boa educação passa, também, por aprender que somos únicos e diferentes, que nós construímos em relação, e também, que somos iguais em nossa forma de sermos humanos".

Sabe-se que independentemente da forma que é constituída a família, ela afeta o desenvolvimento da criança e da pessoa em sua vida, uma vez que família é apoio, exemplo e base para a formação de um cidadão em que muitas vezes cresce se tornando o que foi lhe ensinado desde o início da vida. Como aponta Parolin (2016, p.83) " Se não educarmos nossos filhos eles não terão as bases que todas as pessoas precisam para bem encaminhar suas vidas." Vale ressaltar que a família é primordial para formação da criança como um indivíduo social e de valores porque a família é o primeiro contato que a criança terá na sua vida, e é nela que a mesma adquire sua estrutura e base para vida, onde seu caráter e personalidade começam a ser desenvolvidos. Caetano e Yaegashi (2014, p. 14) afirmam que "é na família que a criança encontra o primeiro "outros" e com eles aprende o modo humano de existir", ou seja, notoriamente o papel da família está além de cuidados higiênicos e moradia, a família é a base, o exemplo, a construção de valores e ensinamentos que a longo prazo resulta em um ser adulto com uma bagagem familiar e social estruturada.

A educação infantil e o professor tornam-se parceiros da família no desenvolvimento da vida das crianças, uma vez que os dois passam tempo e

aprendizagem significativas para e com as crianças, como aponta Parolin (2016):

Dito de outro modo, o professor é um profissional que tem muito a realizar, tem um compromisso com um grupo e, portanto, não pode substituir a família. É um parceiro qualificado da família, mas não a substitui (Parolin, 2016, p.112).

Na escola as crianças começam a conhecer e entender outras dimensões de conhecimento e levar para casa as experiências e conhecimentos adquiridos na escola esperando que haja reconhecimento e incentivo da família para uma aprendizagem significativa e proveitosa, por esse motivo, Parolin (2016, p.112) afirma que “o local de trabalho da professora é a escola, que diferente da casa e da família, agrega e congrega os diferentes e as diferenças que se encontram nos mesmos ideais, que é conhecer e aprender.” A educação infantil é o momento em que a criança começa a conviver com outras crianças e outros adultos que não são da sua família, um novo contexto, novas regras e novos conhecimentos, diante disso, cabe à escola unir os dois meios para que haja um bom desenvolvimento da criança. Weil (2019) enfatiza que:

Se a importância da escola é tão grande na educação dos nossos filhos, convém aos pais cercar de todo carinho não somente a escolha do colégio, mas ainda a relação entre a família e o diretor e professores (Weil, 2019, p.60).

Neste contexto, cabe a instituição de educação infantil e aos professores criarem momentos em que seja oportuno os pais estarem presente, seja em projetos, reuniões, enfim, momentos em que a família tenha acesso direto na vida escolar das crianças e que os professores estejam abertos ao diálogo fortalecendo o vínculo com a família para o bem maior que são os filhos dessas pessoas que confiam no trabalho da instituição em geral. Barbosa e Horn (2008) evidenciam que:

A participação dos pais torna-se uma parceria valiosa em todos os sentidos. Para que eles possam acompanhar os trabalhos escolares, é importante que a escola os mantenha informados sobre os projetos que estão sendo realizados pelas crianças e os temas estudados para que possam participar na seleção e no envio de materiais, na proposição de experiências, na partilha dos saberes (Barbosa; Horn, 2008, p.90).

A união dos dois meios têm um único objetivo que é a educação das crianças que nesse momento deve ser prioridade de todos, inclusive da escola e da família, estando sempre juntos para solucionar e entender qualquer situação para que não surja desentendimentos, sendo assim necessária a boa relação entre ambos, nesse sentido Parolin (2016) afirma:

Urge que a escola seja um espaço de aprendizagens, que é também mudança, tanto para o professor, quanto para seus alunos e familiares. Aprender e mudar como grupo, para que a escola possa permanecer escola (Parolin, 2016, p. 178).

Vale considerar que a escola é um espaço em que ocorrem diversas situações sejam elas boas ou ruins e é nesse momento que se torna mais importante uma relação positiva entre a escola e a família, uma vez que com um bom relacionamento, existe diálogo, respeito e compreensão entre os lados, sendo que a criança é o maior contemplado, a família faz a base e a escola vive o processo, lidando com um ser que tem toda uma história para ser compreendida e ali absorvendo mais ainda para que a sua aprendizagem atinja o objetivo da educação infantil e seja integral. Por conseguinte Fantinato e Macedo (2020) relatam:

Somente com a realização de trabalhos que impliquem a participação das famílias e das escolas, sem pressupostos de quem possui a verdade e forma correta de educar, é que essas visões estereotipadas podem diminuir e, assim, melhorar as condições de aprendizado da criança. Ou seja, atividades de cooperação que superem dificuldades comuns para que juntos possam indicar soluções para o problema (Fantinato e Macedo, 2020, p. 62).

Diante desse cenário ressalta-se a importância da participação da família na escola e a participação ativa da mesma, porém cabe a escola como instituição de mesmo modo cumprir seu papel, propiciando momentos para trazer a família para dentro do âmbito educacional, como Caetano e Yaegashi (2014) afirmam:

Portanto, não cabe à escola idealizar, julgar, criticar e culpabilizar a família pelas dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento das crianças, reprovar os pais, transferir a função da escola para a família, nem dizer que os pais são ausentes da escola. O papel dos professores, como especialistas em educação, é a preocupação de estudar formas organizacionais mais adequadas de integração dos pais a propósitos escolares de melhoria de ensino (Fantinato e Macedo, 2020, p. 62).

Destaca-se que é necessário a escola reconhecer seu papel e abrir espaço para a participação dos pais dentro do ambiente escolar, tornando a família como agentes participativos e cooperativos dentro da unidade para que esses pais que são chamados na escola apenas para reuniões ou festas comemorativas, tenham a liberdade de realmente adentrar-se na escola, conhecerem seu projeto político-pedagógico, a rotina escolar, tomadas de decisões, diálogos abertos e uma convivência real.

### **3 RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA**

Desde os primeiros momentos da vida de uma criança, a família é responsável pelo cuidado e também por sua educação, espera-se que em casa a criança receba valores que possam ensiná-la a viver em sociedade, ser educada, respeitar regras e normas, situações que dizem muito sobre a família, até mesmo porque essa é o espelho das crianças. Parolin (2016, p.28) afirma que “a criança aprende e vive o que o seu grupo vive e ensina.” Nesse sentido, muitas vezes a família é colocada em pauta quando a educação da criança é vista de forma insuficiente. Parolin (2016) afirma que:

A família tem o papel de acolher a criança e promover individualização e pertencimento. No convívio diário, nas conversas, na forma de proceder diante das rotinas do dia a dia que a criança compreende os mitos, as crenças, os ritos de sua família, assim como a forma deles de viver e conviver (Parolin, 2016, p.33-34).

Em qualquer lugar que esteja as crianças sempre irão querer voltar para casa e para perto de sua família, no contexto atual os pais precisam trabalhar para oferecer uma vida digna para seus filhos e estes estão inseridos em creches, CMEIs, escolas ou babás. Mesmo que o trabalho dos pais possam acarretar momentos de ausência familiar é importante que a família demonstre interesse para ouvir os relatos das vivências das crianças. De acordo com Parolin (2016) espera-se que a família:

Converse e valorize o que a criança conta da escola ou, estimule que a criança conte sua rotina, fatos, episódios. Além de ouvi-la, pergunte o que ela aprendeu ou por que ela não entendeu. Aprenda-se, também, com o fracasso se houver um educador para ajudar as necessárias reflexões (Parolin,2016, p.35).

Vale ressaltar o papel da família em relação à escola, ao incentivo diário para mostrar a importância de acompanhar os filhos em parceria com a escola para que juntos estabeleçam uma relação de confiança, visando agregar valores e formar cidadãos para viverem em sociedade. Caetano e Yaegashi (2014 p 15) afirma que “é na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir. Depois na escola terá oportunidade de estar com novos “outros”. Portanto sendo a família o primeiro ambiente onde a criança se socializa, cria laços afetivos, valores e costumes, sendo sua responsabilidade ser a base para que essa criança cresça se desenvolvendo da melhor maneira possível. Neste contexto, Parolin (2017, p.171) salienta que “a criança é resultado da ação dos adultos, quer sejam pais, familiares ou professores”.

Diante desse cenário observa-se que a criança que é assistida por seus pais e familiares se sobressaem diante das outras desassistidas. O apoio familiar, o incentivo, o auxílio em funções “simples” do cotidiano dessa criança torna-se imprescindível para o seu desenvolvimento, a mesma se sente segura e capaz, auxiliando em sua formação enquanto criança até um futuro adulto. Como afirmam Caetano e Yaegashi (2014, p. 29):

O estudo apontou atitudes praticadas pelas famílias (como presença da ordem moral doméstica, a atenção para com o trabalho escolar do filho, o esforço para compreender e apoiar o filho, a busca da ajuda material, entre outros), que providenciam a permanência dos alunos na escola, e mais que isso, o seu ingresso (considerado impossível estatisticamente) na universidade, especialmente pública (Caetano e Yaegashi, 2014, p. 29) .

A família que se atenta e busca participar do aprendizado, inserindo-se na vida de seus filhos, procurando participar e acompanhar os mesmos, implica em bons resultados trazendo qualidade e desenvolvimento para sua criança. Os pais, que são parceiros da escola, trabalham em conjunto com a instituição visando o mesmo objetivo, o desenvolvimento integral da criança, alavancando os saberes da criança como um todo. Assim afirmam Caetano e Yaegashi

(2014, p.29) “O papel da família é essencial no processo de construção de uma nova relação da criança com o saber”.

Portanto, a família é o espelho para a criança e sua influência está diretamente ligada a como ela se saíra em sua vida. Se seu convívio e apoio familiar é agradável e positivo a mesma irá se desenvolver de forma positiva, porém as que não possuem nenhum tipo de apoio e incentivo em casa, são elas que possivelmente mostram maior fracasso escolar e desgaste emocional, resultando em seu comportamento. Como citam Vieira, Araújo e Pereira (2022):

A família tem a capacidade de impulsionar ou não o estudante, através da sua participação, demonstração de interesse e até mesmo pela demonstração de afetividade, mas quando a família não entende seu grau de responsabilidade enquanto educador, é a criança que sofre (Vieira; Araújo; Pereira, 2022 p. 9).

Nesse sentido as crianças se frustram no decorrer de sua vida e estudos por não terem o apoio que precisam para se desenvolverem, crescem e passam por toda sua etapa escolar sozinhos e muitas vezes são desmotivadas e impossibilitadas de construir um futuro promissor, pois na sua infância não receberam um devido olhar atento e incentivo para construção de seus saberes e identidade. Vieira, Araújo e Pereira (2022) destacam que:

A escola necessita da presença dos pais na vida escolar dos filhos, o papel da família é fundamental e essencial, pois é ela que decide, desde tão cedo, o que seus filhos precisam aprender, o que é necessário saberem para tomarem as melhores decisões para que assim tenham futuro próspero (Vieira; Araujo; Pereira, 2022 p.15).

Diante do exposto, conclui-se que a família é parte fundamental da vida da criança, principalmente no que diz respeito à vida escolar, que é indispensável para a sua formação como cidadão capaz de transformar o meio social em que vive.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como proposta enfatizar a importância da relação entre família e escola, tendo como apoio o estudo e pesquisa de diversos autores para o aprofundamento do tema.

Após os estudos fica evidente que a relação entre os dois meios é de fundamental importância para o desenvolvimento e formação da criança, possibilitando que a mesma se desenvolva de forma satisfatória, com o apoio familiar, interesse dos pais e incentivo da escola. A partir do momento em que a escola se une com a família, a criança se sente confiante e motivada, porque a base em que ela está inserida se torna forte, diante disso a criança consegue ter bons relacionamentos sociais e desenvolvimento intelectual.

Dessa forma, é necessário que a instituição escolar e família se unam e trabalhem de forma cooperativa visando o bem estar da criança. A família precisa adentrar a vida escolar de seus filhos e a escola necessita propiciar momentos para que a família se sinta incluída e queira participar do aprendizado de seus filhos. Cabe à escola a responsabilidade de promover momentos entre pais, filhos e escola, os responsáveis precisam ter um papel social dentro dela. A convivência cria um vínculo entre essas instituições,

portanto convocar os pais na escola somente para relatar mau comportamento ou eventos comemorativos não faz dos pais agentes ativos na mesma. É necessário uma participação real, tanto em assuntos pedagógicos como sociais da criança, mas isso só ocorrerá se houver uma ponte entre estas duas bases.

Durante o tempo de estudos bibliográficos foi possível concluir que família e escola são inseparáveis, uma vez que estabelecida uma boa relação entre os dois meios as crianças terão bons resultados, mesmo que ainda exista a resistência por parte de algumas escolas, professores e até mesmo familiares de estabelecer esse vínculo e que ele signifique tanto para as crianças, deixando assim um déficit em alguns. Há vários estudos como o do presente artigo que servem como incentivo para mudar essa realidade, estimulando a família como base e a escola como instituição para aprendizagem, que trabalhem mais o fortalecimento dessa união. Quando há essa harmonia entre escola e família as crianças aprimoram seu desenvolvimento pois em casa ou na escola estará sempre incentivada e empenhada, e sua educação será cada vez mais rica e significativa.

Cabe à escola criar momentos e as famílias participarem deles, como em teatros, contação de histórias, apresentações e ou até mesmo no final do dia quando os pais têm um momento com os filhos para realizar deveres ou saber como foi o seu dia na escola, ouvindo e mostrando interesse em tudo aquilo que a criança está relatando, criando um hábito de troca de conhecimento do que foi apresentado na escola e o que pode ser acrescentado pela família para o aprimoramento do desenvolvimento da criança.

A educação infantil é o primeiro contato da criança com um meio que não é a sua família, tendo o professor como referência na escola e os pais como referência de vida, então conclui-se que com a união da família e da escola principalmente na educação infantil, a criança se desenvolverá positivamente em todos os aspectos esperados, sendo alguns deles crítico, cognitivo, afetivo e social, crescendo assim, uma criança ativa e inserida positivamente na sociedade e com entendimento de que sua família, professora e escola caminham sempre juntas em razão de sua aprendizagem.

Concluimos através deste artigo que não há sucesso quando a família e a escola não trabalham juntas, há vários relatos de diferentes autores que salientam quão rica e bonita é essa união e espera-se que esse artigo seja um incentivo para pais e professores para que fortaleçam vínculos significativos para as crianças e que cresça cada vez mais a relação entre a família e a escola na educação infantil.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e formação de professores: para além da separação do cuidar-educar**. São Paulo, 2013.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projeto pedagógico na educação infantil**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996. Brasília. 1996.

CAETANO, Luciana Maria e YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. **Relação escola e família: diálogos interdisciplinares para a formação da criança**. São Paulo: Paulinas, 2014.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; AQUINO, Ligia Maria Leão. **Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **A aprendizagem entre a família e a escola**. São José dos Campos, SP. Pulso Editorial, 2016.

VIEIRA, Emanuelli Cristini da Conceição, ARAÚJO, Isabela Mírian Pereira, PEREIRA, Maria Eduarda de Sousa. **Relação entre a família e a escola no processo de formação humana crítica**. Caxias, 2022.

WEIL, Pierre. **A criança, o lar e a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.  
FANTINATO, Fernanda Golghetto e MACEDO, Rosa Maria Stefanini. **A relação família-escola um olhar sistêmico sobre a queixa escolar**. Curitiba. Appris, 2020.